A MILITARIZAÇÃO DOCENTE: PROJEÇÕES PARA UMA CRISE NO ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR?

Bruno Sobral Barrozo
UFRR
E-mail: brunosobralbarrozo@gmail.com

Resumo:
O presente trabalho, tem por objetivo externar, a atual conjuntura do ensino básico militarizado nas escolas públicas de Boa Vista/RR, bem como sua internalização no âmbito docente. Sendo início de pesquisa em uma parte do contexto especifica da militarização que o trabalho traz consigo um sequenciamento de reflexões acerca da prática docente, levando em consideração o papel de professores de Geografia neste contexto educacional vigente em Roraima. Neste momento em específico, daremos ênfase ao que consideremos ser a militarização docente, onde professores de Geografia, avaliam suas atividades pedagógicas antes e pós-militarização. Para a metodologia, foram feitas pesquisas bibliográficas acerca do tema, afim de sustentar a importância da escola e o papel da docência neste específico momento em que escolas de Roraima e dos demais Estados da federação estão sendo militarizadas. Para a obtenção dos dados, foi necessário a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no ano de 2019, bem como, a autorização dos principais envolvidos: a escola na gestão pedagógica e militar, assim como os professores de Geografia que atuam nos colégios militarizados de Roraima, para a divulgação dos dados coletados. Nota-se a partir das repostas obtidas, um possível prestígio pelo modelo, assim como a satisfação na efetivação das aulas de Geografia cotidianamente.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Escolas Militarizadas; Políticas Educacionais; Roraima.

Introdução

A Escola pública no Brasil, não esteve em seus dias de glória nos últimos 3 anos do governo Bolsonaro e dos governantes que estão afrente dos seus Estados, onde compartilham do mesmo pensamento acerca da militarização escolar. Em razão disso, com muitos ataques voltados as instituições de ensino público no país, o Estado de Roraima, tem criado e seguido mecanismos que de modo direto e indireto, tem ferido os princípios de toda uma comunidade escolar em sua origem.

Dentre alguns dos mecanismos, de modo direto, destacamos o Decreto Presidencial N° 10.004, de 05 de setembro de 2019[1], assim como indiretamente, a escola sem partido (ESP)[2] foi uma construção realizada a partir de aspectos voltados ao enraizamento da cultura moral da direita no Brasil. Vale destacar que, este fenômeno que, de modo indireto, impõe uma certa vigilância pela parte docente, porém, apesar do projeto em discussão ter sido arquivado, os resquícios desse ato, viabilizou uma certa "vigilância de si mesmo", onde tem se expandido sobre a atuação de professores de Geografia que atuam nos Colégios Estaduais Militarizados - CEM.

Em 2019, muito tem se falado sobre a política de militarização das escolas públicas do Brasil, e por se considerar um modelo educacional vigente nas escolas públicas, o mesmo carrega fragmentos de modo invertido, em uma face que consideramos oculta, muito do que o projeto escola sem partido (ESP) tem como discurso, levando a estabelecer uma estreita relação com a proposta do ensino básico militarizado que se debruça no ensino regular em Roraima.

Contudo, Freire, (1996, p. 47) indaga que, ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, e quanto a esta afirmação pautada em um discurso inclusivo, as escolas nos últimos anos tem sofrido por decorrência das mazelas semeadas pelo projeto ESP, bem como a militarização do ambiente escolar e seu entorno.

Vale reiterar que, os Colégios Estaduais Militarizados – CEM compartilham da gestão escolar, sendo o responsável pela gestão pedagógica, funcionários da Secretaria de Educação - SEED e a gestão militar, militares ativos e/ou na reserva responsáveis pela disciplina dos alunos, fundamentado na hierarquia, valorização cívica e do espaço escolar. Sendo assim, o ensino básico militarizado, tem chamado a atenção não só de pais e/ou responsáveis, mas sobretudo pela parte docente que atua cotidianamente nos espaços escolares.

Evidentemente que a disciplina e hierarquia ativamente explicita no cotidiano das escolas militarizadas, contribuem para um acentuado avançando no que diz respeito ao

[1] Este decreto institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf (mec.gov.br)

[2] escola sem partido é um projeto que foi criado no ano 2004 por uma sociedade civil organizada brasileira, onde visa estabelecer regras especificas para que professores da rede pública de ensino no Brasil possam se submeter, afim de evitar falas que segundo os idealizadores, podem geram falas e debates ideológicos. (BARROZO; SENHORAS, 2022)

comportamento de alunos em sala de aula, sobre este resultado, Foucault (1987 p. 135) indaga que, "a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, **corpos "dóceis"**. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (Grifo nosso).

Com base na docilidade do corpo discente exposto por Foucault, acreditamos que os resultados impostos pela disciplina e hierarquia, corrobora para um desejo platônico do corpo docente pelo modelo que militariza.

Portanto, levamos a hipótese de que, professores de Geografia que viram suas escolas serem "requalificadas" a partir de 2016-2017, tendem a preferir o "novo modelo" educacional que tem se expandido fortemente por todo o território brasileiro.

As escolas e o ensino da Geografia como tendência pós-militarização

Destacamos que a escola pública no Brasil se encontra em constantes embates, seja nas formas de como ela será guiada, ou mesmo na prática com a atuação da comunidade escolar interna e externa, onde ambos em conjunto têm o poder de torna-la eficiente, sobretudo democrática.

Para Libâneo (1990, p. 100), "os objetivos da escola se confundem com a ação exercida sobre crianças e adolescentes, para torná-las aptas a viver numa determinada sociedade. A ação pedagógica é assim, o traço entre o indivíduo e o social".

Sobre isto, a Geografia e seu papel no ensino, se confunde com ações que tornem as crianças e escolares aptos a absorverem apenas o que é objetivo e plano no sentindo das imposições ideológicas sobre os assuntos transversais.

De fato, os objetivos do modelo educacional vigente, impõe não somente a doutrinação pautada na disciplina, mas a militarização da cátedra e sua emancipação sobre o corpo discente. Na mesma linha de raciocínio, no Brasil, a escola sempre esteve organizada para formar as elites sociais" (LIBÂNEO ,1990, p. 100).

Contudo, a militarização da escola está organizada para formar qual cidadão do futuro? ou de formada seletiva, tem criado mecanismos para a marginalização daqueles que não se permitem a seguir os preceitos educacionais pautados na disciplina e hierarquia militar.

Sobre estas provocações, cabe a nós questionarmos, o novo conceito educacional que tem se expandido fortemente sobre as escolas públicas. Por viés de uma pedagogia tradicional e claramente explicita no sistema de ensino brasileiro, Siviani, (2018, p. 5-6) alega que, "a escola organiza-se como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos."

Assim, as escolas eram organizadas na forma de classes, cada um contando com um professor que expunha as lições, que os alunos seguiam atentamente, e aplicava os exercícios, que os alunos deveriam realizar disciplinadamente (SIVIANI, 2018, p. 6).

Quanto a estes pressupostos, os resquícios de uma tendência pedagógica liberal deliberadamente tradicional, sobressai no campo educacional atualmente, levando as tendências a exercerem forças que divergem professores nos diversos campos de atuação. Preceitos estes que, fazem alusão a um ensino curvado para uma pedagogia liberal, sobretudo tradicional.

Quanto ao Ensino de Geografia, podemos evidenciar que o mesmo compreende nos diversos espaços educativos, desde a sua teoria as práticas educativas nos espaços formais e informais. Dependendo do professor, fundamentado na tendência que o torna legitimamente o maestro da peça, o ensino de Geografia cruza entre essas duas tendências, ora liberalmente[3] verticalizada, ora progressista libertadora.

Pois diferentemente de uma tendência vertical, pautada no professor como detentor do conhecimento, as versões libertadora e libertaria dessas tendências, vão estar intrinsicamente envolvidas entre o anti-autoritarismo e sobretudo ao apreço pela experiencia vivida.

[3] Vale mencionar que, o termo liberalismo exposto acima, equivale a liberal, porém, não tem sentido de "avançado" em ambas partes, sobretudo, "democrático", "aberto", como costuma ser usado. A doutrina liberal apareceu como justificação do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade de classes. (LIBÂNEO ,1990, p. 22).

Uma Geografia mais humanística toma espaço nos espaços educativos, tendo apreço e garantindo através de assuntos sejam eles proposto pelo livro didático, ou mesmo assuntos transversais, que na sua maioria compõe as experiencias e dilemas de vida de jovens e escolares.

Quanto a estas reflexões, onde o Ensino Básico Militarizado – EBM tende a se enquadrar nas tendências que indiretamente compõe e divergem professores do Brasil? de fato, sabemos que a política de militarização fundamentado na hierarquia e disciplina é organizado socialmente pelos índices de vulnerabilidade no que diz respeito à segurança pública, evasão de alunos e o tráfico de drogas nas respectivas localidades.

Em razão dos resultados de uma má gestão territorial por parte do Estado, Santos (1979), destaca que o espaço geográfico reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, além de,

> modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

Levando em conta tais ações, é evidente de que não há docência sem discência, assim nos vislumbra Freire (1996), conhecido por sua atuação na pedagogia libertadora. Porém a cada avanço que as vigentes políticas públicas educacionais se implantam nas escolas públicas do Brasil, com o decorrer dos resultados adquiridos disciplinadamente, colaboram para o silêncio de professores que atuam nesses espaços já militarizados.

Uma vez que o corpo docente de uma escola não se opõe aos preceitos educacionais que sustentam o então modelo, à docência nas diversas formas ressignificam o silencio, eis o retorno de uma língua de espuma?[4] iminente de um espiral do silencio? Certamente o ensino de

[4] Historicamente a língua-de-espuma era falada pelos militares em 1964, período da ditadura brasileira. Tratava-se de uma língua "vazia" feito para de uso imediato, em que os sentidos não se permitiam a ir além do pensamento. Por efeito dessa língua, trabalha-se o poder de silenciar. Entendendo a viragem no possível do dizer que se dá com a dita abertura democrática do regime, compreendemos que ao passo que sentidos estritamente políticos de cunho antagônico ao regime tornaram-se formuláveis, os sentidos moralmente subversivos tornaram-se cada vez mais silenciados. (ORLANDI, 1992, p. 102).

Geografia tende a caminhar por um percurso longínquo, mais propenso a uma pedagogia não libertadora, mas sim militarizada.

Entrevistas com os/as professores(a) de Geografia

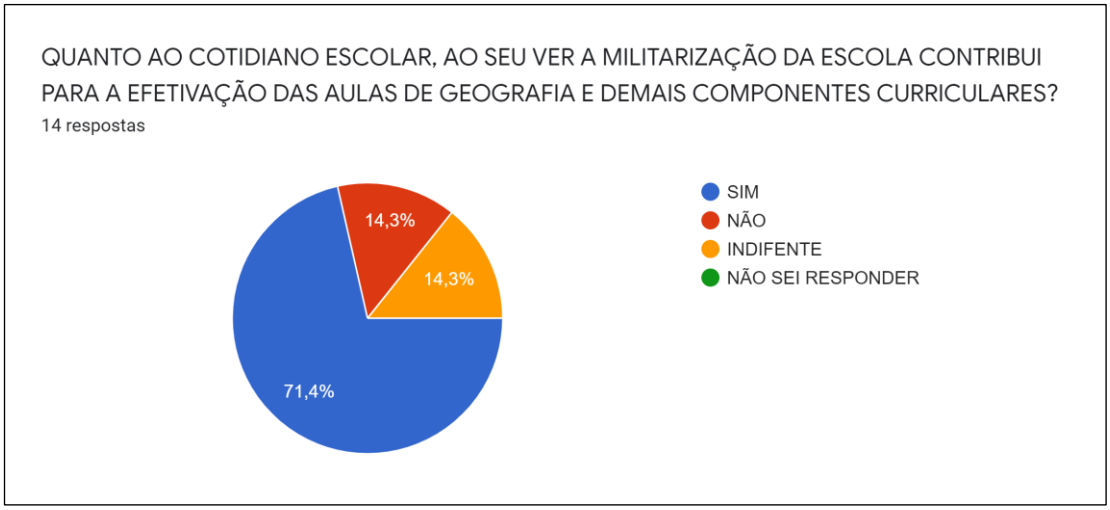
Este grupo é constituído por Professores de Geografia que atuam nos Colégios Estaduais Militarizados (CEM) de Boa Vista/RR. Portanto, tínhamos como objetivo aplicar no total de vinte e dois (22) questionários, sendo dois (02) professores de Geografia por Colégio Militarizado. Todavia, em razão das manifestações de interesse na participação da pesquisa, obtivemos apenas o quantitativo de 14 respostas.

Para a primeira questão, a mesma foi pensada a partir de uma perspectiva de que, o cotidiano escolar certamente se altera em decorrência do modelo que militariza. Quanto a este cotidiano, torna-se importante dar atenção ao ensino da Geografia escolar.

Deste modo, decidimos perguntar: *"Quanto ao cotidiano escolar, ao seu ver, a militarização da escola contribui para a efetivação das aulas de Geografia e demais componentes curriculares?"* (PERGUNTA 01).

A partir das respostas, percebemos que, 71,4% (09 Professores(a) de Geografia) consideram que a militarização contribui, enquanto 14,3% (02 Professores(a) de Geografia) alegam que não contribui, assim como 14,3% (02 Professores de Geografia) consideram indiferente.

Gráfico 01 - Porcentagem de professores de geografia do (cem) que consideram que a militarização contribui para a efetivação das aulas de geografia



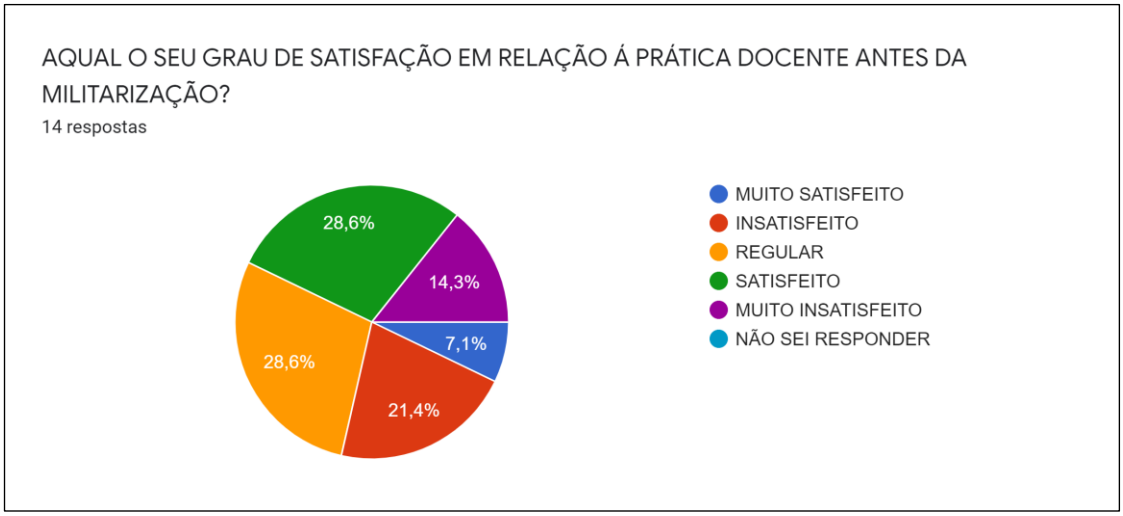
Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando a ferramenta do *Google Formulários* (2021).

A segunda questão vai de encontro a satisfação dos professores de Geografia dos CEM, porém, destacando as aulas antes da militarização. Sendo assim, decidimos perguntar: *"Qual o seu grau de satisfação em relação à prática docente antes da militarização?"* (PERGUNTA 02).

As respostas demostram-se muito fragmentadas, sendo 28%,6 (04 Professores de Geografia) alegam que as aulas antes da militarização eram regulares, enquanto 28,6 (04 Professores de Geografia) afirmam estarem satisfeitos com as aulas antes da militarização, assim como, 21,4% (02 Professores de Geografia) alegaram estarem insatisfeitos com as aulas antes da militarização.

Destaca-se também que, 14,3% (Professores de Geografia) alegaram estarem muito insatisfeitos, assim como também 7,1% (Professores de Geografia) afirmam estarem muito satisfeitos com a prática docente antes da militarização.

Gráfico 02 - porcentagem de professores de geografia do (cem) que consideram estar satisfeitos com a prática docente antes da militarização

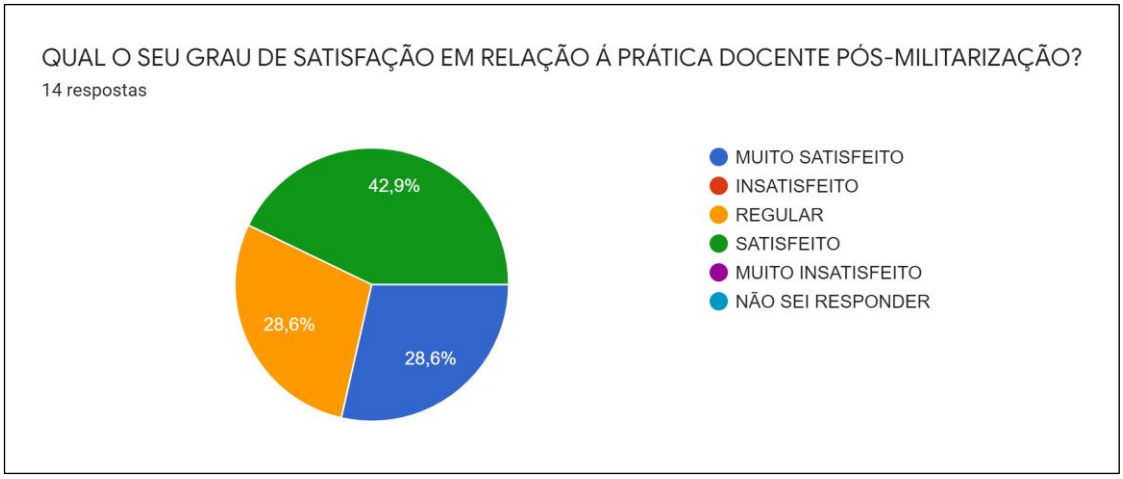


Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando a ferramenta do *Google Formulários* (2021).

Quanto a terceira pergunta, sendo o complemento da segunda questão, decidimos pergunta: *"Qual o seu grau de satisfação à prática docente pós-militarização?"* (PERGUNTA 03).

42,9% (06 Professores de Geografia) avaliam estarem muito satisfeitos, assim como 28,6% (04 Professores de Geografia) e por fim 28,6% (04 Professores de Geografia) consideram regular.

Gráfico 03 - porcentagem de professores de geografia do (cem) que consideram estar satisfeitos com a prática docente pós militarização



Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando a ferramenta do *Google Formulários* (2021).

Considerações finais

Quanto a Geografia escolar, embora esteja participando do ciclo que a escola pós militarização dispõe, as aulas de Geografia se efetivam completamente, levando a atuação docente se efetivar conforme a disciplina e hierarquia militar na instituição se internaliza.

Por outro lado, quando o professor e/ou a professora de Geografia entram em sala de aula por exemplo, os alunos o recebem em "forma". Neste sentido os professores de modo geral sentem-se valorizados? certamente sim, uma vez que, para a maioria, a militarização se mostra eficiente, na medida em que as aulas no geral, os alunos mantêm um comportamento adequado ao então modelo.

Quando mencionamos acerca da militarização e dos Professores e Professoras de Geografia neste trabalho, a atuação docente nos espaços militarizados nos fazem querer saber mais acerca de suas práticas pedagógicas.

Porém, como sendo início de pesquisa em uma parte do contexto especifica da militarização, analisar a atuação dos mesmos se torna imperecível, em virtude de um modelo educacional que tem mostrado um grande aceite pela parte docente no Estado de Roraima.

Com relação ao ensino da Geografia escolar nesses espaços já militarizados, saber como se efetuavam as aulas, era um fator determinante para entendermos o dinamismo e a atuação do mesmo sobre o corpo docente.

Tendo em vista que, os alunos matriculados nos colégios militarizados se encontram sobre um modelo embora apresentado como novo no Estado, dispõem de atributos que não são diretamente enfatizados nas escolas civis. Sendo assim, reintegramos que, os dados nos dão a certeza sobre essa complexidade, pois assim como nos deparamos com indivíduos que se opõem aos preceitos vigentes, logo visualizamos também grupos que colaboram e aceitam para o ato da militarização.

Assim como existem grupos que presam por um ensino verticalizado, tendo em vista que, os mesmos internalizam os temas transversais que a Geografia escolar proporciona. A prática pedagógica não tem sido como antes, assim como percebemos, uma vez que, a partir do ato de militarizar as aulas se efetivam por completo, levando a considerar o modelo que, a partir da visão de professores de Geografia um aceite em função das práticas pedagógicas.

A partir disso, pensar à docência em uma perspectiva de que a educação embora tenha sido pautada nos escritos de freire, pelo menos é o que por anos enfatizadas na academia que, Freire (2006), ao afirmar que se torna necessário a realização de uma prática pedagógica não apenas ao nível da escola que ali se encontra, mas também, da comunidade de inserção dos sujeitos, e que esta deve valorizar a experiência cotidiana como forma de transformação social.

Reconhecemos neste trabalho, o empenho do Estado em razão de um aparato disponibilizado para a comunidade escolar interna e externa. Porém, ressaltamos que projetos como a da militarização, foram implementadas sem nenhuma preparação no âmbito educacional.

Não basta somente dizer que, os militares atuam apenas na parte administrativa, quando os mesmos se vinculam e participam de todas as atividades promovidas pela escola, se a preparação pedagógica não foi feita antes da interseção dos mesmos.

Deste modo, quando perguntamos aos professores de Geografia, voltada para uma percepção de que, sem a militarização o ensino da Geografia escolar, passaria por uma crise, as

repostas se mostram complexas, pois metade dos professores, consideram que sim, enquanto outra metade considera que não passaria.

Certamente nos preocupa saber, que a atuação docente, embora que a educação esteja precária, desde o acesso à escola a disponibilização de materiais para a ação pedagógica que, a militarização seja feita somente destinada para o comportamento do aluno e as problemáticas advindas do entorno escolar.

Portanto, Brasil, (2004) ao destacar que a escola pública tem como compromisso oportunizar condições para sua clientela construir conhecimentos, atitudes e valores, contribuindo na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos nos contextos que integram, que consideramos a militarização como sendo apresentado nas escolas de Roraima como um braço direito.

Os dados desta pesquisa revelam uma aceitação por todos os grupos que compõem os colégios militarizados de Boa vista. Assim, levando a considerar que o modelo demostra a permanecer por longos anos.

Referências

BARROZO, B. S. .; SENHORAS, E. M. ESCOLA SEM PARTIDO PARA QUEM?. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 9, n. 27, p. 115–118, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6551431. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/635. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno 1 -Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília – DF, 2004 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>Acesso em: 13/2/2022.

FOUCAULT, M. . **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. Edições Loyola, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 1992.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.